

AS GUERRAS DO VIETNÃ, MALVINAS E GOLFO (1991): Análise do centro de gravidade

Guerras separadas em terra, mar e ar acabaram para sempre. Se novamente entramos em guerra, lutaremos com todos os elementos, com todas as forças armadas, em um único esforço concentrado.

Dwight D. Eisenhower

JOSÉ CLAUDIO DA COSTA **OLIVEIRA***
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)

ALCEU OLIVEIRA CASTRO **JUNGSTEDT****
Capitão de Mar e Guerra (RM1)

SUMÁRIO

Embasamento conceitual
Centro de gravidade na Guerra do Vietnã
Centro de gravidade na Guerra das Malvinas
Centro de gravidade na Guerra do Golfo
Considerações finais

A compreensão da Estratégia tem como pressuposto básico que o seu aprendizado deva começar pelo estudo das guerras do passado para, a partir daí, procurar entender como poderão ser as guerras do futuro. Para tanto, é necessário dispor de um arcabouço de dados, pensamentos e análises, organizados didaticamente para que, aceitando-se a natureza complexa da Estratégia, sejam expostos seus conceitos

doutrinários basilares de forma transparente e acessível, gradativamente, usando a base histórica para a perfeita assimilação do fenômeno crise/conflicto armado por meio de raciocínios simples e claros.

Dentro desse escopo, o conceito de Centro de Gravidade (CG), de inspiração clausewitziana, é um desses indispensáveis conhecimentos no campo da Arte/Estratégia Operacional e, pode-se afirmar,

* Doutor em Ciências Navais. Instrutor de Estratégia da Escola de Guerra Naval (EGN).

** Mestre em Ciências Navais. Instrutor de Estratégia da EGN.

uma das suas principais referências acadêmicas de inegáveis repercussões práticas. Em qualquer situação futura de efetivo emprego operacional de forças brasileiras, provavelmente de forma conjunta, a correta identificação do CG estará na raiz do respectivo problema militar. Por essa razão, seu estudo e perfeito entendimento é um impositivo profissional. Ele é basilar e se vale do conceito de Níveis de Condução da Guerra/Decisão, que lhe dá suporte, como previsto na Estrutura Militar de Defesa (EttaMiD).

Assim, o propósito deste artigo é analisar o Centro de Gravidade das guerras do Vietnã, Malvinas e Golfo, com base nos conceitos de Carl Von Clausewitz (1780-1831), emitidos no século XIX, e de acordo com a doutrina brasileira de operações conjuntas.

EMBASAMENTO CONCEITUAL

O conceito de CG foi expresso por Clausewitz em sua obra póstuma *Da Guerra*, como “um centro de poder e de movimento de que tudo depende [...] e é contra esse centro de gravidade do inimigo que se deve desferir o golpe concentrado de todas as forças”¹.

O CG de um Estado adversário começa a ser caracterizado como tal por ocasião do surgimento de uma crise, com cenário e atores definidos, e com base em levantamentos estratégicos sistemáticos anteriores.

Essa caracterização determina sua essência sempre política (externa e/ou interna); sua respectiva natureza, que normalmente estará nas demais expressões do Poder Nacional – econômica, militar, psicossocial e científico-tecnológica; e sua particularidade, que pode ser material (tangível) ou subjetiva (intangível).

Com a evolução da situação, o CG pode alterar sua natureza ou particularidade, porém haverá somente um CG essencialmente político, o qual representa o ponto focal da capacidade e vontade de concretizar um determinado projeto político. Ele será o objeto da atenção concentrada do Estado adversário (poder/vontade política).

O CG normalmente será um núcleo de força e capacidade de movimento pela simples razão lógica de que Estado algum baseia sua vontade de enfrentar uma possível guerra, empreendimento muito perigoso e custoso, apoiado em algo que julga ser fraco; pelo contrário, ele vai à guerra julgando-se capaz, considerando ser o seu CG o mais forte.

É preceito analítico que o CG, por ser um núcleo dinâmico de força política, deve ser examinado sob um enfoque conjuntural de grande complexidade e à luz de possíveis capacidades e requisitos críticos, que fazem com que o CG opere como tal. As vulnerabilidades críticas constituem possibilidades lógicas detectadas em levantamentos e estimativas estratégicas iniciais, que expõem caminhos exequíveis para o poder do Estado conhecê-los em profundidade e visar atingi-los decisivamente, no todo ou por partes. O significado do termo crítico está diretamente relacionado ao CG.

Historicamente, as capacidades críticas estão localizadas em aspectos mais destacados da Trindade de Clausewitz. Os requisitos podem apresentar certas vulnerabilidades críticas detectáveis no tempo e no espaço, sempre existentes em todos os sistemas complexos da estrutura física ou moral de um Estado. Conjunturalmente poderão surgir outras, assim como certa vulnerabilidade crítica pode

1 CLAUSEWITZ, Carl Von (1780-1831). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Livro 8, Cap. 4.

abranger dois ou mais desses aspectos de uma vez. As mais observadas historicamente são as seguintes:

a) aspectos políticos, diplomáticos ou militares das lideranças;

b) estrutura diplomática e alianças entre Estados e organizações internacionais;

c) valores tangíveis e intangíveis das Forças Armadas, como: estrutura dos Comandos de Teatros de Operações (TO), Forças-Tarefa (FT), unidades isoladas, seu moral etc.;

d) áreas e itens logísticos críticos, como: áreas industriais e agrícolas básicas, de fontes de energia, reservas e sistemas de abastecimento d'água, bases militares de retaguarda, centros de produção de armas NBQ, produtos e insumos importados vitais etc.;

e) estruturas de Centros de Comando e Controle de alianças, governamentais ou militares;

f) estrutura de centros de comunicação social, como: televisão, rádio, mídias em geral etc.;

g) sistemas virtuais;

h) áreas capitais de valor estratégico, como: cidades, zonas populacionais, áreas geográficas terrestres vitais, zonas marítimas de exclusão e econômicas, pontos focais marítimos, linhas de comunicações marítimas, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, pontes, entroncamentos rodod-ferroviários etc.;

i) espaço aéreo, como: rotas aéreas, atmosfera exterior, redes de satélites; e

j) opinião pública nacional e internacional e formadores de opinião.

Como visto, o CG não é uma fragilidade, é um núcleo de força. As vulnerabilidades críticas detectadas são os possíveis acessos, inicialmente levantados cuidadosamente pelo poder oposto, para atingir decisivamente esse núcleo de força. Isso exige muita percepção

(política, diplomática e militar), muita competência (por meio de seu próprio projeto de forças desenvolvido) e muita persistência (liderança e capacidade militar de durar na ação).

O importante é compreender que tais vulnerabilidades críticas continuam fazendo parte de um núcleo de força e movimento, as quais, num determinado momento, o CG oposto julga ser capaz de selecionar, enfrentar e dominar. A ciência e a arte militares consistem em decidir quanto ao grau de valor e oportunidade entre elas, para cada situação caracterizada em sua essência pelos fatores operacionais: espaço, tempo e força, e também pela missão e pelo inimigo. Esse é o campo profissional exclusivo do Comandante Operacional e de seu Estado-Maior, de acordo com o respectivo Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA), traduzido da vontade política, expressa na sua Diretiva Presidencial de Emprego de Defesa (DPED), para o caso brasileiro.

Assim, com a escalada da crise, tais vulnerabilidades críticas relativas servirão de insumo básico inicial para que as diretivas estratégicas, planos de campanha e planos de operação táticos decorrentes sejam elaborados por meio dos respectivos processos de planejamento militar, sendo determinadas quais serão aquelas vulnerabilidades críticas a serem definidas como Objetivos Militares (ObjMil) relativos a cada Nível de Condução da Guerra/Decisão: Nível de Decisão Estratégico (NDE), Nível de Decisão Operacional (NDO – Teatro de Operações) e Nível de Decisão Tático (NDT).

O somatório dos ObjMil conquistados no NDT deve logicamente contribuir para a conquista dos ObjMil no NDO (TO), e estes, por sua vez, devem ser decisivos para a conquista dos objetivos estratégi-

cos amplos do NDE, os quais, em última análise, consubstanciam a conquista do objetivo político pelo combate, um fim para a Tática e um meio para a Estratégia. Esse desiderato caracteriza o desfecho almejado pela vontade política vencedora².

Como corolário, é válido afirmar que certos ObjMil incorretamente selecionados no NDT podem ser atacados e até conquistados ou destruídos; porém, mesmo oferecendo resultados vitoriosos em batalhas, podem não atingir decisivamente uma vulnerabilidade crítica por meio de um ObjMil no NDO, caso isso não ocorra na sua exata “janela de oportunidade”. Assim, certas vitórias táticas podem não ter significado algum no NDO, bem como, paradoxalmente, certas perdas parciais táticas, ou a negação de uma batalha, podem proporcionar ganhos em níveis superiores.

É fundamental observar que, resguardada a indispensável visão de cada situação, é coerente considerarem-se CG desdobrados nos níveis estratégico, operacional e tático, pois, como fontes de ObjMil em potencial, são parcelas vitais decorrentes de um CG político maior.

Conceitualmente, a ideia basilar de CG é de que ele é essencialmente um só e inequívoco núcleo caracterizado pelo poder-movimento político adverso. Isso não pode ser perdido de vista. Ele é “um centro de poder e de movimento de que tudo depende”³. Nos planejamentos militares, esses CG nos três níveis de condução da guerra/decisão nunca podem existir dissociados entre si, devendo ser levantados, atualizados e mencionados em relação ao CG suprajacente do nível político. Tais CG corretamente identificados nos níveis estratégico, operacional

e tático são, entre si, desdobramentos decorrentes do CG político que os engloba, único núcleo da força adversa que é decisiva, estrategicamente, em uma crise/conflito armado, pois representa, em um dado momento do combate, toda a sua essencialidade.

Dessa forma, a correta identificação e o constante acompanhamento das suas vulnerabilidades críticas permitem que o foco do “julgamento estratégico” esteja concentrado permanentemente sobre o que é realmente importante: o verdadeiro e único CG do poder do Estado oposto. Sua sujeição ou destruição, pelos desdobramentos diplomáticos ou das operações militares nos três níveis de condução da guerra/decisão, caracteriza a vitória militar e a imposição da vontade política do Estado vencedor, quando a opção política for a violência declarada, na escalada da crise.

Da assertiva inicial de que CG é um conceito basilar em estudos de Estratégia, derivado da subordinação política da guerra, da doutrina de manobra de crises internacionais, do projeto de forças militares de um Estado, do modelo nacional de organização dos níveis de condução da guerra previsto na Estrutura Militar de Defesa e do caráter e moral nacional, depreende-se ser assunto multidisciplinar.

Cada beligerante, ou seja, cada Estado, não é uma força monolítica, mas um complexo sistema evolutivo, de numerosos componentes físicos, morais e ocasionais relacionados entre si (Trindade de Clausewitz), que interagem permanentemente em uma dada conjuntura internacional definida no tempo e espaço. Cabe ressaltar que Clausewitz usou a expressão *wunderliche Dreifaltigkeit*, que na língua

2 “A guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.”

CLAUSEWITZ, Carl Von (1780-1831). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Livro 1, Cap. 1.

3 CLAUSEWITZ, Carl Von (1780-1831). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Livro 8, Cap. 4.

alemã tem o significado de “prodigiosa trindade”⁴. O termo tem sido estudado e divulgado como Trindade de Clausewitz.

Essa vontade existente na alta hierarquia de um Estado, com grande responsabilidade política e militar, baseia seu “julgamento estratégico” nas seguintes perguntas básicas:

– Quais fatores, físicos, morais, mentais e virtuais, são críticos para o adversário?

– Quais são aqueles dos quais ele não pode prescindir?

– Quais são os que, uma vez eliminados, farão tal adversário sujeitar-se mais rapidamente à nossa vontade política?

A resposta a esses questionamentos são os seus CG, e sobre eles devem se concentrar todos os esforços.

A recíproca é verdadeira. Com o máximo de objetividade, essas mesmas perguntas devem ser feitas em seu próprio Estado para concentrar todos os esforços na proteção e no fortalecimento de seus próprios CG.

Assim, depreende-se a importância da identificação do CG não só do inimigo, como também o de nossas forças, para que sejam providenciados os meios ou ações necessários à sua proteção. Conclui-se, também, que, caso a fonte de força esteja realmente concentrada em termos de tempo e espaço, a tarefa de determinação do CG fica facilitada. Porém, em certos casos, as forças do oponente poderão estar dispersas, dificultando a identificação do seu CG, por exemplo, no caso de grupos terroristas ou de revolucionários.

O CG pode ser constituído tanto por elementos tangíveis como intangíveis. Pelas próprias características do planejamento e da natureza das missões atribuídas, normalmente nos níveis político e estratégico o CG traduz-se em elementos intangíveis. Como exemplos temos: o moral da força armada, a vontade de lutar, a liderança política e militar, a legitimidade do governo e a coesão de interesses entre os Estados de uma aliança. Nos níveis operacional e tático, o CG constitui-se de elementos materiais, como as parcelas das forças militares inimigas com maior poder de fogo e mobilidade, as forças de proteção de um comboio e forças de defesa de bases aéreas, entre outros.

Da natureza dos aspectos relacionados aos diversos níveis de condução da guerra/decisão, conclui-se que os possíveis CG, nos níveis político e estratégico, são normalmente fixos ou constantes e modificam-se apenas em

situações especiais, como a substituição da liderança política de um Estado ou a saída de membros de uma coalizão. De forma análoga, considerando as variações das ações nos níveis operacional e tático, os correspondentes CG são passíveis de alteração no tempo e no espaço, devido, por exemplo, à introdução de uma nova força militar no TO.

Não se pode visualizar o CG como algo isolado e independente do processo de planejamento ou da execução de uma operação militar. Ao contrário, a determinação do CG permite ao comandante

É importante a identificação do Centro de Gravidade não só do inimigo, como também o de nossas forças, para que sejam providenciados os meios ou ações necessários à sua proteção

4 CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Livro 1, Cap. 1.

formular uma manobra operacional que produza o máximo retorno com o mínimo de perdas, isto é, uma maior eficiência das ações militares. Ele está intrinsecamente relacionado ao Estado Final Desejado da campanha ou operação e representa o centro de poder do inimigo; o CG traduz-se no “ponto” para onde o esforço principal dessa campanha deve estar direcionado.

Decorrente de sua relação com o Estado Final Desejado, e considerando a relação de causa-efeito existente entre os níveis de condução da guerra no processo de planejamento, os CG existentes nos níveis político, estratégico, operacional e tático estão intrinsecamente relacionados, isto é, uma ação das forças sobre o CG inimigo em um determinado nível contribuirá para atingir o CG do nível superior.

Ao mesmo tempo, pode-se concluir que um erro na determinação do CG pode trazer sérias consequências na execução das ações militares, desde um custo elevado com perdas de vidas humanas, recursos materiais e tempo até a própria derrota.

Após esses embasamentos teóricos, serão analisados os Centros de Gravidade das guerras do Vietnã, das Malvinas e do Golfo.

CENTRO DE GRAVIDADE NA GUERRA DO VIETNÃ

O projeto político do Vietnã do Norte era dominar todo o território da ex-Indochina; o governo liderado por Ngo Dinh Diem (1901-1963) era o foco das suas atenções e o obstáculo maior para

a conquista de Saigon. Caindo Saigon cairia o Vietnã do Sul, pois caindo a capital política, cairiam os Acordos de Genebra (1954) da divisão Sul-Norte que vigoravam desde a expulsão francesa na ex-Indochina. Daí o seu enorme esforço de organização de quadros, propaganda ideológica e montagem de um movimento clandestino de guerrilhas: o Viet Cong, para minar subversivamente esse poder político com sede em Saigon.

Ao iniciarem a sua escalada militar, os Estados Unidos da América (EUA), durante o governo Kennedy, influenciados pela Teoria do Dominó, ou seja, a sucessiva queda de Estados asiáticos pela influência de guerrilhas comunistas,

estabeleceram o seu projeto político para a região: manter o *status quo* de dois Vietnãs – um pró-ocidental e outro pró-oriental. O instrumento de força para garantir isso era um só: suas Forças Armadas. Após o assassinato de Ngo

Dinh Diem e o dúbio incidente do suposto ataque de torpedeiras do Vietnã do Norte no Golfo de Tonquim, o Congresso autorizou o envio de mais contingentes de forças regulares ao Vietnã do Sul, sem, porém, declarar a guerra oficialmente. O Presidente John F. Kennedy (1917-1963) foi assassinado, e o conflito passou a gerar a sua dinâmica própria e insopitável.

Os EUA aumentaram seu envolvimento e assumiram o controle militar no Vietnã do Sul, e essas lideranças políticas sul-vietnamitas, notoriamente débeis, passaram a depender, militar e economicamente, dos EUA, para manter esse *status quo* de “dois Estados – uma

Quanto mais apoiavam a débil Saigon, mais os norte-americanos se enredavam no conflito para o qual não estavam preparados política e estrategicamente

Nação”. Quanto mais apoiavam a débil Saigon, mais os norte-americanos se enredavam no conflito para o qual não estavam preparados política e estrategicamente⁵.

Ho Chi Minh (1890-1969) e o General Vo Nguyen Giap (1911-2013), as duas principais lideranças, política e militar, do Vietnã do Norte avaliaram corretamente, sob o ponto de vista estratégico, a nova situação: o CG oposto passou a ser o poderio militar dos EUA, um fator de força que impedia o seu projeto político de dominação do território ao sul e o principal instrumento de “poder e movimento” do governo dos EUA. Esse dado é fundamental no julgamento estratégico do conflito vietnamita na sua fase final: o CG oposto, para o Vietnã do Norte, passou a ser o complexo militar dos EUA, um formidável núcleo de poder terrestre, naval e aéreo que atingiu 500 mil homens em 1968 e imbatível para as forças militares norte-vietnamitas e seu braço guerrilheiro Viet Cong. Isso foi sempre por eles reconhecido. Prova é que a ofensiva do Tet em janeiro de 1968 foi, assumidamente, uma fracassada campanha no Nível de Condução Operacional (NCO), com derrotas táticas do conjugado regimentos regulares do Vietnã do Norte e guerrilha do Viet Cong: 45 mil baixas contra 21 mil do Vietnã do Sul e EUA.

O grande equívoco estratégico norte-americano foi não perceber a mudança de natureza do CG pelo adversário. Impressionados pelo persistente “fator Viet Cong”, continuaram considerando este como o seu CG, quando o verdadeiro CG oposto era a força militar do Vietnã do Norte, inatingível enquanto persistisse o

seu projeto político de “manter o *status quo*”, sem a decisão política de declarar a guerra e atacar Hanoi, a capital, decisiva e simultaneamente por terra, mar e ar. Isso foi demonstrado pelo planejamento no NCO das “aldeias estratégicas” com forças especiais e dos “pontos fortes” com forças regulares, como um complexo de bases, no Vietnã do Sul, empenhadas em extensiva campanha contraguerrilha⁶.

Tal campanha, sob a liderança do General William C. Westmoreland (1914-2005) no NCO, resvalou para a falácia dos *body count*, contagem de mortos, um duvidoso critério estatístico de aferição da eficiência militar, que gerou uma equivocada percepção de que a “guerra” estava sendo vencida estrategicamente, reforçada pelas sucessivas vitórias táticas no Vietnã do Sul. Mas não era no NCO que o conflito estava sendo decidido. O fenômeno guerra, como violência desencadeada, ensinou o mestre Clausewitz, é uma totalidade e não admite autolimitações unilaterais, como a dos norte-americanos de não ultrapassar com tropas a zona desmilitarizada, o paralelo 17, ao passo que o Vietnã do Norte utilizava a “trilha Ho Chi Minh”, pelo Laos, para atacar sistematicamente o Vietnã do Sul e apoiar logisticamente o Viet Cong.

A liderança política e militar comunista de Ho e Giap identificou corretamente a Vulnerabilidade Crítica no nível político norte-americano: o aspecto da opinião pública dos EUA, ostensivamente contrária a um envolvimento maior de suas tropas convocadas em um desconhecido Estado no sudeste asiático, sem interesses vitais seus sendo ameaçados. Assim, decidiram os norte-vietnamitas exacerbar essa

5 SHARP, Ulisses S. Grant. *Strategy for Defeat: Vietnam in Retrospect*. Califórnia: Presidio Press, 1979.

6 POECK, João A. *A Estratégia Norte-Americana no Vietnã*. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, nº 723, Jan/Fev, 1986.

Vulnerabilidade Crítica detectada com grande perspicácia política: o emergente horror da “guerra ao vivo” pela TV e a decorrente expressão cunhada pela imprensa, “síndrome dos *black-bags*”, sacos de plástico preto em que voltavam os cadáveres das numerosas baixas de militares dos EUA. Essa exacerbação culminou na ofensiva do Tet, que, embora apresentando uma série de derrotas no Nível de Condução Tático (NCT), foi uma vitória estratégica, pois definitivamente mobilizou a opinião pública dos EUA contra a “guerra”, devido ao relativamente elevado número acumulado de baixas de militares: total de 46 mil.

O Governo do Presidente Lyndon B. Johnson (1908-1973) desistiu da reeleição e empreendeu a “vietnamização” do conflito por meio das negociações diplomáticas de Paris (1969-1972). O novo presidente eleito, Richard Nixon (1913-1994), numa tardia percepção do verdadeiro CG do Vietnã do Norte, ampliou os “bombardeios restritivos” sobre Hanoi e ordenou a minagem do porto de Haiphong; porém essas ações aéreas e navais foram inócuas, pois o jogo político, devido ao aspecto da opinião pública em Washington, já estava perdido. A partir daí, há o desengajamento progressivo, a retirada das tropas e a passagem do co-

mando das operações ao Vietnã do Sul. Este, sem lideranças e sem apoio militar dos EUA, é derrotado pelo Vietnã do Norte dois anos após, com a ocupação final de Saigon, renomeada Ho Chi Minh, em homenagem ao líder político falecido em 1969, cuja percepção estratégica o orientou sempre para esse Objetivo Militar final, que garantia a consecução do seu propósito político.

Assim, o Vietnã do Norte desbalanceou decisivamente a Trindade de Clausewitz dos EUA, atuando eficazmente sobre uma Vulnerabilidade Crítica, “a síndrome dos *black-bags*”, com a campanha ofensiva do Tet. Não conseguindo sujeitar o CG norte-americano militarmente, conseguiu engendrar a sua remoção por meio de demoradas negociações, em Paris, entre Henry Kissinger (1923-), pelos EUA, e Le Duc Tho (1911-1990), pelo Vietnã do Norte, em hábil manobra coordenada militar e diplomática, hoje considerada um exemplo histórico em estudos de Estratégia, o que demonstra uma competente percepção política do que seja um CG, e a persistente coerência militar em relação ao Estado Final Desejado (EFD): a conquista de Saigon.

A seguir, são apresentados os quadros com os CG, no nível operacional, de ambos os partidos.

<p style="text-align: center;">CENTRO DE GRAVIDADE</p> <p style="text-align: center;">Vietcongs e tropas do Vietnã do Norte</p>	<p style="text-align: center;">CAPACIDADES CRÍTICAS</p> <p style="text-align: center;">Combater as forças militares dos EUA e do Vietnã do Sul</p>
<p style="text-align: center;">REQUISITOS CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio Logístico - Conhecimento do terreno - Adestramento de Guerra de Guerrilha - Estrutura de comando e controle 	<p style="text-align: center;">VULNERABILIDADES CRÍTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bases logísticas - Porto Haiphong - Trilha Ho Chi Minh - Estações de comunicações

<p style="text-align: center;">CENTRO DE GRAVIDADE</p> <p style="text-align: center;">Forças militares dos EUA e do Vietnã do Sul</p>	<p style="text-align: center;">CAPACIDADES CRÍTICAS</p> <p style="text-align: center;">Defender o território do Vietnã do Sul</p>
<p style="text-align: center;">REQUISITOS CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio logístico - Adestramento de operações de contraguerrilha - Estrutura de comando e controle 	<p style="text-align: center;">VULNERABILIDADES CRÍTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bases logísticas - Trilhas na selva - Estações de Comunicações

CENTRO DE GRAVIDADE NA GUERRA DAS MALVINAS

As Ilhas Malvinas foram ocupadas pelo Reino Unido (RU) em 1833 e, desde então, a Argentina nunca aceitou tal situação. Pode-se deduzir que o interesse pela ocupação britânica foi muito mais de cunho estratégico do que econômico⁷.

A situação política na Argentina, no início de 1982, era tal que o “Processo de Reorganização Nacional” conduzido pela Junta Militar governante chegara ao nível mais baixo de popularidade e aceitação nos seis anos de sua gestão, sendo que o país vivia uma crise econômica e social que serviu de combustível para alimentar a decisão da citada Junta. A retomada das ilhas poderia incentivar a união do povo argentino e provocar um movimento de recuperação do Estado.

A Junta Militar entendia que a ocupação seria interpretada pelo RU como uma medida política exagerada, ou como uma ação diplomática extrema decorrente de uma situação considerada, historicamente, inaceitável. Como Jorge Castro⁸ define: “uma Invasão Diplomática”. A possibilidade de o RU reagir à ocupação argentina como uma atitude

de guerra, bem como a probabilidade de envio de uma força-tarefa inglesa para expulsão dos argentinos, não teria sido vislumbrada pelos governantes argentinos. Foi suposto que os britânicos não empregariam a força e que certamente adotariam sanções econômicas e ações diplomáticas pertinentes.

Após a ocupação das ilhas pelos argentinos, os Estados que compunham a Comunidade Econômica Europeia decidiram suspender quaisquer entregas de armas para a Argentina e estabeleceram um embargo econômico. Além disso, o RU obteve uma significativa vitória política e estratégica quando a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou, por intermédio da Resolução 502, a interrupção das hostilidades, o reinício de negociações e a retirada das tropas argentinas. A Argentina não acatou a resolução da ONU, e o conflito prosseguiu.

O RU e a Argentina tinham, em seus respectivos contextos, diretivas estratégicas militares semelhantes: “Reconquistar as ilhas, a fim de exercer a sua soberania”.

A Junta Militar argentina, ao decidir reconquistar as Ilhas Malvinas, por entender que elas são partes indivisíveis de seu território, como estabelecido em

7 LORENZ, Frederico. *Todo lo que necesitás saber sobre Malvinas*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

8 CASTRO, Jorge. *Malvina Hoy*. Buenos Aires: Distal, 2013.

sua Constituição, pretendia reconquistá-las para depois negociar sua soberania, tentando sensibilizar a opinião pública internacional a seu favor.

A Argentina não tinha intenção nem tampouco estava preparada para ir à guerra, por não ter um poder nacional confiável, como também não tinha condições de se contrapor a um poder da envergadura do RU. A partir do momento em que se viu na guerra, só restava improvisar uma estratégia e, conseqüentemente, uma manobra operacional, portanto com grandes chances de ser derrotada, como de fato ocorreu.

Por outro lado, o RU, assim que sofreu agressão e por confiar em seu poder nacional, imediatamente constituiu uma FT, com meios disponíveis e mobilizáveis, e suspendeu com a finalidade de reconquistar as Ilhas Malvinas.

A FT britânica enviada para o Atlântico era composta, basicamente, pelos Navios Aeródromos (NAe) *Invincible* e *Hermes*, pelos Navios de Desembarque de Docas (NDD) *Fearless* e *Intrepid*, por 11 fragatas e contratorpedeiros, por dois navios de passageiros – *Canberra* e *Queen Elizabeth 2* –, mais outros navios de transporte de tropas, mercantes e de apoio logístico, além de submarinos de propulsão nuclear e convencional; o poder aeronaval consistia de quatro esquadrões de VSTOL Harrier e oito esquadrões de helicópteros. A força de desembarque consistia de uma Brigada Anfíbia, a cinco peças de manobra valor Batalhão. Uma Brigada do Exército, a três peças de manobra valor Batalhão,

seria desembarcada administrativamente a D+10. Esse era o núcleo de força do conjugado anfíbio com o qual o governo britânico pretendia impor sua vontade política, atingindo o seu EFD: “a restauração da soberania das ilhas Malvinas”. Em consequência, foi baixada pelo Gabinete de Guerra uma sucinta diretiva estratégico-militar ao comandante do Teatro de Operações, Almirante de Esquadra John Fieldhouse (1928-1992), que permaneceu em Londres: “recuperar as Ilhas Malvinas mediante Operação Anfíbia, a fim de restaurar a soberania”.

Dessa forma, fica caracterizado o CG britânico, a Força de Desembarque (For-Dbq), pois, em última análise, é quem atingirá o EFD. Ressalte-se que, durante

o Movimento Navio Terra (MNT) em San Carlos, os navios da Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) constituíram-se numa Vulnerabilidade Crítica no NCO. Os NAe foram de suma importância, pois somente eles poderiam garantir

A Argentina não tinha intenção nem preparo para ir à guerra, como também não tinha condições de se contrapor a um poder como o do Reino Unido

a vitória na guerra aeronaval para o RU. Sem esses dois navios capitais, e o poder aeronaval que eles podiam projetar, não haveria possibilidade de garantir a proteção da FT, assegurar o domínio do mar e realizar o Assalto Anfíbio.

Por outro lado, a Argentina, por intermédio de seu governo, a Junta Militar, com o *fait accompli* do exitoso Assalto Anfíbio em Port Stanley até o afundamento do Cruzador Ligeiro (CL) *Belgrano*, em 2 de maio de 1982, pelo Submarino Nuclear *Conqueror*, apostou tudo na sua capacidade diplomática de obter ganhos territoriais insulares na

mesa de negociação. A Operação Anfíbia Rosário foi incruenta, sem apoio de fogo naval e artilharia de campanha, evitando baixas civis e destruição de propriedades e bens, o que demonstra esse requisito diplomático. Isso era baseado na estimativa estratégica, que demonstrou ser equivocada, de que os anglo-saxões não optariam pela força, sugerida pela conjuntura da anunciada desmobilização dos NAE e navios anfíbios e da fraca defesa militar das Ilhas Malvinas e das Geórgias do Sul. A Argentina queria negociar diplomaticamente. O RU, corretamente, identificou essa situação, caracterizada pela intensa atividade da diplomacia argentina, até então supostamente respaldada pela política externa de aproximação com os EUA. O RU não queria a negociação diplomática, queria a solução *manu militari*, pois sentia-se forte o suficiente para ganhar a guerra, isto é, recuperar tudo, estando ainda compelido a demonstrar sua credibilidade militar no cenário Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) x Pacto de Varsóvia, o jogo de poder maior no cenário mundial.

Os EUA também tiveram a percepção disso e, para não permitir o descrédito do seu mais importante parceiro militar no contexto da Guerra Fria, o “grande porta-aviões fundeado permanentemente em frente ao continente europeu”, não tiveram dúvidas: apoiaram o RU com satélites, missões diplomáticas na Argentina, reposição de itens críticos etc.

Com o afundamento do CL *Belgrano*, acaba-se a ilusão de uma negociação diplomática e só resta à Argentina recorrer a sua mal organizada, mal apoiada e mal conduzida Força de Defesa em Port Stanley, de valor duas Brigadas, como o seu CG, apoiada por limitado poder aéreo baseado no continente. A esquadra não mais se fez ao mar, sob alegação de preservá-la para um possível confronto com o Chile, o que nunca ocorreu. Esse CG foi decisivamente atacado e derrotado por ataques noturnos coordenados em Port Stanley, e a rendição inevitável ocorreu em 14 de junho de 1982⁹, na capital política das ilhas.

A seguir, são apresentados os quadros com os CG, no nível operacional, de ambos os partidos.

<p style="text-align: center;">CENTRO DE GRAVIDADE</p> <p style="text-align: center;">Poder Terrestre com sede em Port Stanley</p>	<p style="text-align: center;">CAPACIDADES CRÍTICAS</p> <p style="text-align: center;">Defender Port Stanley</p>
<p style="text-align: center;">REQUISITOS CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio logístico - Estrutura de Comando e Controle - Meios de defesa AA 	<p style="text-align: center;">VULNERABILIDADES CRÍTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Navios e aeronaves necessários à manutenção do fluxo logístico - Estações de comunicações - Radares de defesa AA

9 POECK, João A. *As operações das forças de desembarque na Guerra das Malvinas*. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

<p align="center">CENTRO DE GRAVIDADE</p> <p align="center">Forças de Desembarque (ForDbq)</p>	<p align="center">CAPACIDADES CRÍTICAS</p> <p align="center">Realizar um Assalto Anfíbio para conquistar Port Stanley</p>
<p align="center">REQUISITOS CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Meios navais e aeronavais necessários à realização do Controle de Área Marítima para o Assalto Anfíbio - Apoio logístico - Superioridade aérea local 	<p align="center">VULNERABILIDADES CRÍTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Navios de transporte de tropa, durante a fase de travessia - Embarcações de desembarque durante o MNT - Aeronaves utilizadas para a obtenção da superioridade aérea local, durante a realização do Assalto Anfíbio

CENTRO DE GRAVIDADE NA GUERRA DO GOLFO

Em agosto de 1990, com a invasão do Kuwait, o secretário de Defesa dos EUA, Richard B. “Dick” Cheney (1941-), Nível de Condução Estratégico (NCE), emitiu uma diretiva ao seu NCO representando a vontade política do Estado hegemônico mundial de assegurar seus interesses internacionais vitais: eliminar qualquer possibilidade de Saddam Hussein (1937-2006) assumir a liderança do mundo árabe, aspecto de interesse político; e garantir o suprimento e os preços do petróleo da região para si e seus aliados, aspecto de interesse econômico. Dessa forma, mobilizou-se a coalizão e declarou-se a guerra, assumindo os EUA o inequívoco comando da força internacional, por mandato da ONU.

Implementada a Diretiva Inicial, duas fases da já então denominada Guerra do Golfo foram então definidas em termos de NCO: 1ª) defesa do território da Arábia Saudita e construção do poder militar da coalizão – Operação Desert Shield; 2ª) ofensiva aérea, naval e terrestre para isolar o TO, recuperar os territórios ocupados e destruir as forças iraquianas de ocupação,

a fim de restaurar a soberania do Kuwait – Operação Desert Storm. Portanto, uma fase inicial operacional defensiva e uma fase final operacional ofensiva.

Esses foram os objetivos operacionais claramente definidos. Observe-se que em nenhum momento considerou-se invadir o Iraque e/ou derrubar Saddam Hussein do poder, o que politicamente poderia desintegrar a coalizão formada basicamente por europeus, inclusive alguns tradicionais exportadores para o Iraque, Estados árabes muito suscetíveis por serem islâmicos, entre eles Egito, Qatar, Síria, Oman, Arábia Saudita e o próprio Kuwait, além dos EUA, majoritários. Além disso, nesse mesmo aspecto, a permanência de Saddam Hussein continuaria como um contrapeso ao radicalismo antiocidental dos fundamentalistas xiitas no vizinho Irã, inimigos do partido Ba’ath, do Iraque.

O CG no NCO da coalizão, o núcleo de poder e movimento com o qual se pretendia assegurar os dois interesses políticos vitais acima mencionados, estava muito bem caracterizado pela considerável força militar sob o comando do General Norman Schwarzkopf (1934-2012). Somente ela poderia alcançar o desiderato político-

-estratégico não somente dos EUA, mas de todos os seus aliados.

No campo oposto, a expressão maior de poder e movimento militar do complexo de Comando e Controle iraquiano era a Guarda Republicana, melhor equipada, mais numerosa e verdadeira “guarda pretoriana” do ditador iraquiano. Essa Guarda Republicana, com as Divisões Blindadas, representava o CG no NCO, o que está também expressamente exposto no Relatório Final do Departamento de Defesa ao Congresso dos EUA. Era a única força militar (valor: 14 divisões) que, empregada no seu poderio máximo, levantado na comparação de poderes combatentes, poderia, teoricamente, impedir a conquista do objetivo militar operacional marcado: Kuwait City, pois quem domina a capital, com seu aeroporto e porto, domina as vias de acesso para o norte, Iraque e Jordânia e as vias de acesso para o sul, Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes e seus ricos campos petrolíferos, além de ser o simbólico centro político na região ocupada.

Em novembro de 1990, foram iniciados o planejamento final e a montagem do dispositivo da operação Desert Storm, com a caracterização da 2ª fase ofensiva. As forças aéreas combinadas, após o asilo de quase metade da aviação iraquiana (180 aeronaves) para o Irã, no mais bizarro evento desta guerra, conquistaram a supremacia aérea (37 aeronaves abatidas no ar, 200 no solo), isolaram o TO e atacaram postos de comando, posições defensivas, instalações de NBQ e linhas de apoio logístico no Iraque e no Kuwait. As forças navais estabeleceram o bloqueio naval no Golfo Pérsico e realizaram, com ampla cobertura induzida da mídia internacional, a bem-sucedida Demonstração

Anfíbia sobre Kuwait City (imobilizando nove Divisões iraquianas nas praias). As forças terrestres efetuaram, em seguida, a grande manobra operacional de um ataque coordenado a três Divisões (duas dos *mariners* e uma saudita, reforçada por um Regimento kuwaitiano) em direção ao norte, pelas margens do Golfo Pérsico, para Kuwait City, e um grande ataque sincronizado de flanco, pelo deserto a oeste, com dois Corpos de Exército e uma Força Combinada Interaliada, no valor total de 11 Divisões e nove Brigadas independentes como peças de manobra, procurando fixar e derrubar a Guarda Republicana e fazer a junção a leste com as três Divisões na zona de ação de Kuwait City.

Sobressaem, neste último grande conflito armado do século XX, certas inovações operativas, com significativas repercussões e influências estratégicas: o extensivo emprego e lançamento de mísseis de cruzeiro e “munição inteligente” por navios e aeronaves *stealth* F-117A contra vulnerabilidades críticas no interior do Iraque, assim como inéditas FT específicas de engenharia de combate para abertura de brechas pré-hora H nos densos campos minados, para resguardar uma própria vulnerabilidade crítica – a necessidade de evitar altos índices de baixas na infantaria de 1º escalão. A infantaria apoiada pelos carros de combate penetrou nessas brechas em velozes colunas blindadas para se desdobrar já no interior do território kuwaitiano, próxima aos Objetivos Militares designados. Outro aspecto notável no NCO foi o uso contínuo de sistemas de simulação operacional computacionais, jogos de guerra analíticos, no apoio à decisão *online* aos grandes comandos terrestres, navais e aéreos¹⁰.

10 LIMA, Roberto L. F. “As Novas Armas na Guerra do Golfo”. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v.112, nº 1/3, 2/6, jan/mar e abr/jun1992.

A rápida vitória terrestre da Coalizão, em extraordinárias 72 horas da Operação Desert Storm, foi o resultado da sua competência militar caracterizada pelo vigoroso ataque ao CG iraquiano no NCO, a sua Guarda Republicana, e como resultado, Saddam Hussein a retirou para o território iraquiano, cessando qualquer possibilidade de Bagdá sustentar a dominação do Kuwait. Apesar de alardear a “mãe de todas as batalhas” (alusão a uma batalha sangrenta com muitas baixas norte-americanas, procurando evocar a “síndrome dos *black-bags*” na opinião pública dos EUA e de outros Estados), seu projeto político de se tornar o grande líder árabe e ditar os preços mundiais do petróleo, além de anexar o território kuwaitiano, não vingou.

Segundo análises estratégicas pós-guerra¹¹, essa extraordinária vitória em apenas três dias deveu-se a uma conjunção muito rara de *performances* diametralmente opostas, resultando numa interação sinérgica entre uma superior e bem integrada conduta nos Níveis de Condução da Guerra de parte da Coalizão e uma lenta, rígida e não criativa conduta nos idênticos níveis iraquianos, além de um desbalanceamento tecnológico em favor da Coalizão. Em termos estratégicos de “poder e movimento”, houve um

exponencial diferencial qualitativo entre os dois CG nesta “colisão” no Golfo Pérsico, no espaço aéreo e no deserto kuwaitiano, em inéditos D+3, considerando-se a magnitude das forças engajadas. Ainda na conclusão desses analistas, foram tais características peculiares somente nesta guerra, de muito improvável repetição, e que não caracterizam uma Revolução de Assuntos Militares (RAM), embora dela tenham resultado efeitos militares dignos de registro. Assim, os EUA, como resultante, alcançaram o seu desiderato político-estratégico e econômico e recuperaram o prestígio e a autoconfiança de suas Forças Armadas, abaladas desde a Guerra do Vietnã, testando seu inventário bélico, aplicando sua doutrina de *jointness* (integração operacional das forças singulares) e da “guerra de manobra” (para evitar grande número de baixas em guerras de atrição) e forjando suas lideranças em todos os escalões a ficarem prontas, fisicamente e com o moral elevado. O inequívoco e vitorioso exercício do comando da Coalizão lhes deu essa oportunidade única: a Guerra Fria e o pesadelo do Vietnã pertencem ao passado.

A seguir, são apresentados os quadros com os CG, no nível operacional, de ambos os partidos.

<p style="text-align: center;">CENTRO DE GRAVIDADE Guarda Republicana do Iraque</p>	<p style="text-align: center;">CAPACIDADES CRÍTICAS Sustentar a ocupação do Kuwait</p>
<p style="text-align: center;">REQUISITOS CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura de comando e controle - Apoio logístico - Meios aéreos 	<p style="text-align: center;">VULNERABILIDADES CRÍTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estações de comunicações e radares - Estradas e pontes - Aeronaves e bases aéreas

11 VIDIGAL, Armando A. Ferreira. “A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar”. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v. 112, 1992.

CENTRO DE GRAVIDADE Tropas da Coalizão	CAPACIDADES CRÍTICAS Expulsar as tropas iraquianas do Kuwait
REQUISITOS CRÍTICOS - Apoio logístico - Meios aéreos - Estrutura de comando e controle	VULNERABILIDADES CRÍTICAS - Pontes e estradas - Aeronaves e bases aéreas - Estações de comunicações e radares

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história explica a guerra politicamente, por meio das decisões e ações nas altas hierarquias políticas e estratégicas de um Estado, nas campanhas em um Teatro de Operações, e nos engajamentos navais e aéreos ou nos campos de batalha, em uma determinada conjuntura caracterizada no tempo e no espaço.

No estudo de Estratégia em que se procura alcançar a correta identificação de um CG em determinada situação, durante uma crise/conflito armado, a abrangência e a profundidade desse estudo devem ser cuidadosamente buscadas, devendo ser o mais detalhado possível.

Nos conflitos armados contemporâneos, apesar de os TO serem muito mais extensos e complexos do que na época de Clausewitz, é ainda no seu “centro de força e movimento” que um Estado confia, pois ele só vai à guerra – algo muito perigoso e custoso – julgando ser o seu CG o mais forte e o que lhe permitirá vencer o conflito, ou negociar pela dissuasão na manobra de crises internacionais.

Em todos os conflitos armados, normalmente, existem os CG. Saber caracterizá-los corretamente é a grande prioridade estratégica; nos CG (do inimigo) e com os CG (próprios) é que historicamente se resolveram, e se resolverão, os conflitos armados.

O termo *schwerpunkt*, enunciado e analisado inicialmente por Clausewitz em

1831, permanece conceitualmente válido no século XXI.

Para definir CG, não há “receita de bolo”. Tudo é conjuntural, e cada caso é um caso. Somente uma condição é imprescindível: o saber “bem pensar estrategicamente” a nível profissional.

Se a guerra é uma crise que escalou *manu militari* pelo esgotamento das negociações diplomáticas; se a vontade política estabelece objetivos políticos e estratégicos e, conseqüentemente, é ativada uma Estrutura Militar de Defesa; se essa EttaMiD combina, na prática, as ações militares diretas das Forças Armadas no conflito; se essas operações militares são desencadeadas em um TO e neste TO atua um nível operacional sob um Comando Conjunto subordinado ao Comandante Supremo; se este Comandante do TO estabelece objetivos operacionais que garantam a consecução dos objetivos militares estratégicos, por meio de uma manobra operacional regulada, segundo um correto CG, de acordo com um plano operacional e subsequentes planos de operação táticos; então, o Centro de Gravidade está no âmago das questões referentes à Arte/Estratégia operacional, nas suas vinculações com a política, que é a diretora, e com a tática, que é a executora. Portanto, é a chave para a resolução dos conflitos armados, a fim de atender ao escopo da vontade política do Estado.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS>; Guerra das Malvinas/Falklands; Guerra do Golfo; Guerra do Vietnã;

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina de Operações Conjuntas: MD 30 M-01. Brasília: 2011.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. *Manual de Estratégia Operacional* (Vol. I, II e III). Rio de Janeiro: 2012.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. *A Guerra do Golfo*. Rio de Janeiro: 1999.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. *A Guerra das Malvinas*. Rio de Janeiro: 2012.
- CASTRO, Jorge. *Malvina Hoy*. Buenos Aires: Distal, 2013.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (1780-1831). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- ECHEVARRIA, Antulio J. *Center of gravity: recommendations for joint doctrine. Joint Force Quarterly*, Washington, D.C., n. 35, p. 10-17, 2004. Disponível em: www.dtic.mil/doctrine/jel/jfq_pubs/. Acesso em: 10 ago. 2018.
- GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnam segundo Giap*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- LAWRENCE, L. “O Centro de Gravidade não é um calcanhar de Aquiles”. EUA: *Military Review*, jan.1988.
- LIMA, Roberto L. F. “As Novas Armas na Guerra do Golfo”. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v.112, nº 1/3, 2/6, jan/mar e abr/jun 1992.
- LORENZ, Frederico. *Todo lo que necesitas saber sobre Malvinas*. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- PERTUSIO, Roberto Luis. *Estratégia operacional*. 3. ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2005.
- POECK, João A. *A Estratégia Norte-Americana no Vietnã*. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, nº 723 - Jan/Fev, 1986.
- POECK, João A. *As operações das forças de desembarque na Guerra das Malvinas*. Rio de Janeiro: EGN, 1984.
- RAFFO JR, Carlos E. “Vietnã: as lições foram aprendidas?”. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, 2º trimestre, 2001.
- SHARP, Ulisses S. Grant. *Strategy for Defeat: Vietnam in Retrospect*. Califórnia: Presidio Press, 1979.
- SUMMERS, Harry G. *A Critical Analysis of the Gulf War*. New York: Dell Publishing, 1992.
- TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the Twenty-First Century*. London: Frank Cass Publishers, 2004.
- VEGO, Milan. “O *schwerpunkt* de Clausewitz mal traduzido do alemão, mal entendido em inglês”. Rio de Janeiro: *A Defesa Nacional*, n. 812, 2008.
- VEGO, Milan. *Operational warfare*. Newport, R.I.: Naval War College, 2000.
- VIDIGAL, Armando A. Ferreira. “A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar”. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v. 112, 1992.